



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 1

“INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA

MR1.1. - A integração latino-americana em perspectiva histórica

EMENTA

Esta mesa-redonda/GT analisará a história da integração latino-americana. Seus eixos temáticos são: (i) Fases da integração latino-americana. (ii) Origens e evolução dos processos de integração latino-americanos: semelhanças e diferenças. (iii) O nacional-desenvolvimentismo e o ideal da integração latino-americana nos anos 1950-1960. (iv) A integração latino-americana e o ciclo autoritário dos anos 1970-1980. (v) A integração latino-americana e a globalização neoliberal dos anos 1990. (vi) A nova esquerda e a integração latino-americana nos anos 2000.

Coordenador: George Sturaro: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA – BRASIL)

Amado Luiz Cervo: Universidade de Brasília e Instituto Rio Branco - (UNB/IRBR- BRASIL)

Mario Rapoport: Universidad de Buenos Aires - (UBA- ARGENTINA)

André Luiz Reis da Silva: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - (UFRGS – BRASIL)

Osvaldo Luis Angel Coggiola: Universidade de São Paulo (USP – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

GRUPO DE CONTADORA E APOIO: A EXPERIÊNCIA MULTILATERAL PARA A PAZ NA AMÉRICA CENTRAL (autor(es/as): **Ariane de Oliveira Saraiva**).

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA RODOVIA INTEROCEÂNICA PARA A CIDADE DE PORTO-VELHO (autor(es/as): **Fernando Corrêa dos Santos**).

O CARÁTER INTERNACIONALISTA DA REVOLUÇÃO CUBANA, SEGUNDO O PENSAMENTO POLÍTICO DE ERNESTO CHE GUEVARA (1959-1967) (autor(es/as): **Kauê Carlino Sichinel**).

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DEBATE ECONÔMICO CEPALINO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (autor(es/as): **Vinicius Figueiredo Silva**).

MR1.2. - A economia política da integração regional latino-americana

EMENTA

A mesa-redonda examinará os problemas políticos e econômicos dos diferentes processos de integração latino-americanos em perspectiva comparada. A mesa pretende refletir sobre: (i) a natureza intergovernamental da maioria dos processos de integração regional na América Latina; (ii) o papel das instituições supranacionais e intergovernamentais nas experiências de integração regional; e (iii) as assimetrias econômicas existentes entre os países latino-americanos e seus reflexos sobre o andamento dos processos e das propostas de integração regional.

Coordenador: Alexsandro Eugenio Pereira – Universidade Federal do Paraná (UFPR-BRASIL)

Rafael Freire: Central Sindical das Américas (CSA- BRASIL)

Marcelo de Almeida Medeiros: Universidade Federal de Pernambuco - (UFPE-BRASIL)

Luiz Daniel Jatobá França: Universidade de Brasília - (UNB-BRASIL)

Paulo Roberto de Almeida: Ministério das Relações Exteriores do Governo Brasileiro - (MRE-BRASIL)

CHINA E MERCOSUL: REFLEXOS DE UMA RELAÇÃO (autor(es/as): **ADRIANA SOUZA BENATTI**).

MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA ESTUDAR A SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA (autor(es/as): **ALEXANDRE ANDREATTA**).

INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA GLOBALIZAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE EQUIDADE SOCIOECONÔMICA E SIMBÓLICA (autor(es/as): **Edson Capoano**).

FLUXOS COMERCIAIS NA FRONTEIRA COM O PARAGUAI (autor(es/as): **ELOISA MAIESKI ANTUNES**)

ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011). (autor(es/as): **marcello de souza Freitas**).

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO MERCOSUL: INSTRUMENTOS LEGAIS E REALIDADE (autor(es/as): **Fabiane Mesquita**).

A governança global da cooperação internacional para o desenvolvimento: uma análise das instituições, da participação e da eficácia (autor(es/as): **Diego Henrique da Silva Baptista**)

MR1.3. Cenários e tendências da integração latino-americana

EMENTA

Desafios e oportunidades da integração latino-americana no futuro próximo. A integração regional na visão das "novas esquerdas". O papel dos partidos políticos e dos movimentos sociais na integração regional. A integração das economias e da infra-estrutura. "Novos temas" da integração regional: democracia, direitos humanos e justiça social. O papel da integração regional nas relações da América Latina com o resto do mundo.

Coordenadora: Karla Gobo – Faculdade Internacional de Curitiba - (FACINTER - BRASIL)

Rafael Duarte Villa: Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Marcelo Coutinho: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - (UESP/UERJ - BRASIL)

Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha): Parlamento do MERCOSUL – (PARLASUL – BRASIL)

Robson Cardoch Valdez: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE NO MERCOSUL: O PAPEL DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA A NÍVEL CULTURAL (autor(es/as): **Ariane Saraiva**)

SEGURANÇA INTERNACIONAL: A participação latino-americana no caso haitiano no Conselho de Segurança (autor(es/as): **Caroline Cordeiro Viana e Silva**)

INTEGRAÇÃO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA: AVANÇOS E CONTINUIDADES DA INICIATIVA PARA INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA/2000-2010) (autor(es/as): **Danielle Rodrigues da Silva**)

INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL AMERICANA (IIRSA): UM ENFOQUE NAS ESTRADAS AMAZÔNICAS (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

O PAPEL DO MERCOSUL NA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA: UM BALANÇO PRELIMINAR E ALGUMAS HIPÓTESES (autor(es/as): **George Wilson dos Santos Sturaro**)

Caminhos para a integração: a concepção das Organizações Internacionais acerca da educação. (autor(es/as): **Tchella Fernandes Maso**)

MR1.4. A efetivação dos direitos fundamentais na América Latina

EMENTA

A presente Mesa Redonda/GT tem por finalidade debater a efetivação dos direitos fundamentais na América Latina. Os temas abordados serão: (i) as dificuldades de ordem política e econômica, entre outras, para a efetivação dos direitos fundamentais na região e (ii) a contribuição das organizações regionais para a efetivação dos direitos fundamentais nos seus Estados membros.

Coordenadores: Eduardo Biacchi Gomes - Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL - BRASIL) Cíntia de Almeida Lanzoni (PUC-PR - BRASIL)

Andrea Benetti Carvalho de Oliveira: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Francielle Morez: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Ronald Silka: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

Igor Koltun Rebutini: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

PRIORIDADES ATENDIDAS PELOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE NAS FRONTEIRAS (autor(es/as): **Carla Gabriela Cavini Bontempo**)

A QUESTÃO INDÍGENA E O ESTADO BRASILEIRO (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

O PACTO PELA SAÚDE NAS CIDADES-GÊMEAS DA FRONTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL COM A ARGENTINA E O URUGUAI (autor(es/as): **Lislei Teresinha Preuss**)

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO MERCOSUL (1991 – 2011) (autor(es/as): **Ludmila Andrzejewski Culpi**)



ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA RODOVIA INTEROCEÂNICA PARA A CIDADE DE PORTO-VELHO

Fernando Corrêa dos Santos¹

Resumo

Este trabalho analisa os aspectos geopolíticos advindos da implementação da Rodovia Interoceânica para a cidade de Porto-Velho. Sob a perspectiva da escola francesa de geografia, a Geografia Possibilista de Vidal De La Blache, são colocados elementos da geografia humana assim como das relações internacionais que visam gerar uma transformação no meio. A Rodovia Interoceânica é vista como uma transformação do meio natural pelo homem, objetivando uma integração regional na América do Sul. Tais variáveis são colocadas por meio da geopolítica dos transportes e também são acrescentados à abordagem a visão de Bertha Becker com vistas à uma estratégia nacional da geopolítica.

Palavras-Chaves: Geografia, Possibilismo, Vidal De La Blache, Rodovia Interoceânica, Bertha Becker.

1- Introdução e Objetivos

A temática ora proposta encontra-se como uma lacuna para diversos grupos da sociedade, seja pela atualidade da questão, que não foi amplamente debatida, ou pelas implicações políticas, econômicas e socioambientais que poderão ser advindas para grupos de interesses específicos, em decorrência da implementação da Rodovia Interoceânica, que vai ligar a cidade de Porto-Velho ao Oceano Pacífico.

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-MG, Especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior, Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Email: fernandoromg@hotmail.com



Levando em consideração a conjuntura do Estado de Rondônia e principalmente de sua capital Porto-Velho, que vem passando por transformações políticas e econômicas estruturantes e que necessitam ser estudadas através de um viés teórico-metodológico consistente, elaboramos uma problematização para tratarmos da implementação da Rodovia Interoceânica na cidade de Porto-Velho.

2- Referencial Teórico

Esta pesquisa possui um caráter inovador, no sentido de que sua temática é extremamente atual e a mesma é encarada sob argumentos da geopolítica, englobando os aspectos políticos, econômicos e socioambientais. Tais aspectos da implementação da Rodovia Interoceânica ainda não foram amplamente estudadas à luz de teorias geográficas, políticas e geopolíticas e este projeto visa justamente isso; estudar, de forma descritiva analítica estes aspectos, dando ênfase aos aspectos socioambientais, que se remetem à sociedade e ao meio ambiente, conceitos estes, que possuem relações intrínsecas com a Geografia.

Raymond Aron considera que “a posição geográfica influi diretamente sobre a política externa do país na medida em que serve de instrumento para determinar modos de pensar e sistemas políticos” (ARON, R. 1963, p. 251 *apud* MIYAMOTO, 1995, p. 11).

Seguindo esta perspectiva, a geopolítica tem por fim precípua auxiliar a formulação da política estratégica nacional. Quer dizer, ela visa fornecer elementos que possibilitem, dentro de uma estratégia global de planejamento, dotar o país de certo poder, auxiliando-o a desempenhar papel de realce no concerto internacional (MIYAMOTO, 1995).

Em se tratando das relações internacionais, a geopolítica tende a demonstrar a subordinação da política internacional dos Estados ao fator geográfico. Nessa ótica há, portanto, necessidade de considerar o território que cada Estado possui, seu espaço e sua posição, além das potencialidades econômicas e militares e os recursos humanos com que poderá contar. O espaço então converte-se em fonte de poder, porque pode permitir ao país detentor dessa vantagem a possibilidade de estabelecer a estratégia que ache mais aconselhável (MIYAMOTO, 1995).



Nesse trabalho, a geopolítica será analisada como um objeto de investigação que tem um campo de atuação delimitado, utilizando-se de elementos fornecidos pela geografia. O presente texto, tem por objetivo investigar os desdobramentos políticos, econômicos e socioambientais da implementação da Rodovia Interoceânica, que liga a cidade de Porto-Velho ao Oceano Pacífico, partindo dos conceitos da geopolítica numa perspectiva possibilista.

A geopolítica é tratada aqui como uma forma válida para se entender muito do que diz respeito não só à política doméstica, mas principalmente no que se refere às relações de poder no contexto regional da América do Sul. Enquanto se detém exclusivamente em seus aspectos geográficos, visando à formulação de uma política estratégica, a geopolítica deve ser entendida como um meio válido para análise política (MIYAMOTO, 1995).

2.1- Geopolítica versus Geografia Política

É comum em literaturas menos desenvolvidas, a utilização dos vocábulos Geopolítica e Geografia Política, como dizendo respeito às mesmas coisas. Isso é um equívoco grosseiro. Tal diferenciação se faz necessária. Na abordagem de Miyamoto (1995) ambas diferem, não só quanto ao objeto de investigação, mas também porque são ramos de áreas diferentes. A geografia política pertence ao campo da geografia, enquanto a geopolítica encontra-se no ramo intimamente vinculado à ciência política.

A geografia política, tal como a geografia social, econômica ou a geografia cultural, apoia-se em observações estáticas dos fatores geográficos. Considera as fronteiras, os rios, as planícies e os planaltos como elementos componentes do meio físico, detendo-se na mera descrição desses fatores.

Já a geopolítica, não se satisfaz com a mera descrição física observando apenas esses acidentes geográficos. Ela ocupa-se com os movimentos desses elementos, e com a aplicação na formulação de uma política que visa a fins estratégicos. Adquire, assim, um caráter dinâmico e é nesse aspecto que ela se distancia da geografia política.



2.2- Escolas Clássicas da Geografia: Determinismo versus Possibilismo

Nos estudos de geografia, deparamo-nos com algumas escolas clássicas. Uma delas é a determinista e uma outra, é a possibilista. Nesse trabalho, encaramos a *Geografia Possibilista*, estabelecida por Vidal De La Blache (1845-1918), como norteadora, visto que ela apresenta várias abordagens que corroboram a ideia da transformação do meio pelo homem, fato que acontece na implementação de uma Rodovia dita e de fato, interoceânica, pois liga dois extremos considerados longínquos.

O sueco germanófilo Rudolf Kjellen (1864-1922), professor de ciência política na Universidade de Upsala, foi o primeiro a utilizar o termo *geopolítica*. Sua obra, editada em 1916 e significativamente intitulada *O Estado como manifestação da vida*, define: Geopolítica é a ciência que concebe o Estado como um organismo geográfico ou como um fenômeno no espaço (MAGNOLI, 1981).

Para Magnoli (1981) as raízes intelectuais da geopolítica residem no pensamento geográfico do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904). Intelectual de Estado, engajado no projeto de unificação da Alemanha sob a hegemonia da Prússia, concebido e executado pelo chanceler Otto Von Bismark, publicada em seu principal livro: *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da geografia à história*.

Segundo a perspectiva de Sodré (1984) se o determinismo geográfico é um dos traços mais característicos da Geografia da época do imperialismo, a Geografia assinala deformação levada à monstruosidade - é a geografia do fascismo. Desde que Ratzel lançara as bases do determinismo, abrem-se à Geografia dois caminhos: o científico e o ideológico. Não vamos aqui nos debruçarmos sobre esta temática, visto que não é nosso objetivo, mas apenas esclarecer que existem críticas ferrenhas quanto a esta abordagem. Para Santos (1978) a ideologia engendrada pelo capitalismo quando da sua implantação tinha que ser adequada às suas necessidades de expansão nos países centrais e na periferia (...). Era então imperativo adaptar as estruturas espacial e econômica dos países pobres às novas tarefas que deviam assegurar sem descontinuidade. A geografia foi chamada a representar um papel importante nesta transformação.

Então, esse pensamento determinista, ditado por Ratzel e Kjellén, influenciou de maneira decisiva alguns pensadores como Halford Mackinder, Ellen Churchill Semple



e Karl Haushoffer e em algumas décadas depois, a Escola de Munique, nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial (MIYAMOTO, 1995).

Outra corrente de “oposição” à geopolítica foi dirigida contra esse determinismo geográfico. E encontrou seus animadores na França, de Vidal de La Blache e Damangeon e de Jean Brunhes ou de Camille Vallaux a Jean Gottmann. No espírito destes geógrafos franceses, não se trata certamente de contestar a influência evidente das condições naturais sobre a desigualdade dos recursos e sobre a diversidade dos gêneros de vida, ou a importância da posição respectiva dos grupos de população. Mas todos insistem no papel das iniciativas humanas, que enfraqueceram a influência do meio geográfico; todos também se recusam a admitir que a política seja determinada pela geografia (DIAMOND, *sem data*, p. 18).

Atitude análoga tomaram os historiadores mais convencidos da convergência entre a geografia e a história. Os ambientes naturais, afirma Lucien Febvre, dão às sociedades humanas “possibilidades”; mas o homem é que permanece “senhor dessas possibilidades”. O meio geográfico, assevera também Fernand Braudel, não é senão um “fator parcial de interpretação”, porque “ele não constrange os homens irremissivelmente”. O estudo desse meio não pode, portanto, dar indicações válidas para todos os séculos e para todos os estados de civilização. E Jacques Ancel, que critica a noção ratzeliana ou “espaço”, dá ênfase também ao papel do homem de seu gênero de vida e de sua mentalidade, se bem que, verdadeiramente, ele atribua grande importância, em suas análises (DIAMOND, *sem data*, p. 18).

Então, para se contrapor à corrente do determinismo geográfico, a escola possibilista apoia-se na premissa de que o homem é que constitui o principal elemento da natureza. Segundo Vidal De La Blache, o homem é um fator geográfico porque pode manipular os recursos existentes, seja aproveitando as quedas d’água, seja por meio dos próprios instrumentos por ele criados. Nessas condições, o homem colabora com todas as energias agrupadas e associadas segundo as condições do meio (e) entra no jogo da natureza (LA BLACHE, 1954, p. 42 *apud* MIYAMOTO, 1995).

Portanto, é correto afirmar que, para a escola possibilista, a geografia pode facilitar, mas não determinar, a ação do homem. Ela pode propiciar recursos e fornecer elementos, tornando viável um melhor aproveitamento das potencialidades do território, facilitando conseqüentemente o desenvolvimento do local, e é isso que ocorre com a



implementação da Rodovia Interoceânica, principalmente quando analisados sob o viés da geopolítica, pois está facilitada a ação do Estado em seu sentido estratégico e de poder.

Para Santos (2006) as técnicas têm sido, com frequência, consideradas em artigos e livros de geógrafos, sobretudo em estudos empíricos de casos. Mas é raro que um esforço de generalização participe do processo de produção de uma teoria e de um método geográficos. As estradas de ferro, e depois as rodovias, chamaram a atenção de historiadores e de geógrafos. Tanto Vidal De La Blache, como Lucien Febvre, tiraram partido da noção de progresso técnico na elaboração de suas sínteses. Daí porque eles podem ser considerados entre os pioneiros da produção de uma geografia vinculada às técnicas. Esse também é o caso de Albert Demangeon, quando se interessa pelo comércio internacional (SANTOS, 2006, p. 18).

Segundo a perspectiva de Ribeiro (2011) admitindo o legado de Vidal De La Blache como *aberto à inspeção e à renovação* em virtude dos dilemas e das inquietações colocados pelo presente em relação ao passado, temos ensaiado construir, ainda que de maneira embrionária, um caminho analítico em torno da Geografia de Vidal De La Blache. Para o autor, está mais do que na hora de ultrapassarmos uma leitura simplista de uma vertente geográfica francesa que se opunha ao germanismo imperialista. Para tanto, tal como expressamos noutra ocasião, devemos compreendê-la, sobretudo como um ‘paradigma’ de uma era, que recolhe e examina as grandes questões que afligiam a Europa de então (RIBEIRO, 2011, p. 7- 8).

Para Ribeiro (2011) estamos diante de um geógrafo que aperfeiçoou um método de investigação bastante rico para a época, contemplando sobremaneira os seguintes pontos: (i) *correlação, encadeamento e articulação entre as partes e o todo*, reconhecendo aspectos particulares, porém sempre atrelados à *unidade terrestre* — principal item metodológico de Vidal; e nas palavras de Vidal De La Blache:

a ideia de que a Terra é um todo, no qual as partes estão coordenadas, proporciona à Geografia um princípio de método cuja fecundidade aparece melhor à medida que se amplia a sua aplicação. Se nada existe isoladamente no organismo terrestre, se em todo lugar repercutem as leis gerais, de modo que não se possa tocar uma parte sem provocar todo um encadeamento de causas e de efeitos, a tarefa do geógrafo toma um caráter diferente daquele que às vezes lhe é atribuído. Qualquer que seja a fração da Terra que estude, ele



não pode nela se fechar. Um elemento geral se introduz em todo estudo local. Não há de fato área em que a fisionomia não dependa de influências múltiplas e longínquas das quais importa determinar o local de origem. Cada área age imediatamente sobre sua vizinha e é influenciada por ela. Fora mesmo de toda relação de vizinhança, a ação cada vez melhor reconhecida de leis gerais se traduz por afinidades de formas ou de climas que, sem alterar a individualidade própria de cada área, marca-a com características análogas. Estas analogias ou “conformidades”, seguindo o termo muito conhecido de Bacon, desde que o homem começou a dominar o conjunto dos fenômenos terrestres, chamaram a sua atenção. Muitas podem ser apenas aparentes, mas outras são reais; elas são fundadas, não sobre puros encontros exteriores, mas sobre relações de origem e de causas. Entre estas a aproximação se impõe, pois cada uma proporciona à outra seu tributo de explicação. O geógrafo é levado assim a projetar sobre o objeto que estuda todo o esclarecimento fornecido pela comparação de casos análogos (VIDAL DE LA BLACHE, 1903, p. 223 *apud* RIBEIRO, 2011, p.8).

Seguindo essa linha de raciocínio, temos e Vidal De La Blache (ii) a natureza como fonte de inspiração em termos de totalidade, dinamismo, coordenação e estabilidade/mudança (no que tange à temporalidade), enfatizando assim os métodos das Ciências Naturais. Para ele [Vidal De La Blache], a geografia humana merece esse nome porque:

estuda a fisionomia terrestre modificada pelo homem; nisso ela é *geografia*. Ela não encara os fatos humanos senão em sua relação com a superfície onde se desenvolve o drama múltiplo da concorrência dos seres vivos. Há, portanto, fatos sociais e políticos que não entram em sua competência, que se ligam a ela apenas indiretamente e, assim, não há porquê ela se ocupar deles. A despeito desta restrição, ela mantém inúmeros pontos de contato com essa ordem de fatos. No entanto, este





ramo da geografia tem a mesma origem que a geografia botânica e zoológica. É delas que ela extrai sua perspectiva. O método é análogo, porém bem mais delicado na manipulação — como em toda ciência onde a inteligência e a vontade humanas estão em jogo (VIDAL DE LA BLACHE, 1903:223-224, *apud* RIBEIRO, 2011, p. 9).

Ainda seguindo os argumentos de Ribeiro (2011), podemos fazer uma síntese que representa a *epistemologia geográfica vidaliana*, sugeriríamos que trata-se de um *tipo original de démarche* (nunca claramente enunciada desta forma) que, indo do território (em sua acepção mais física) ao homem e retornando ao território (agora modificado), admite um triplo movimento, capaz de distinguir a Geografia das demais ciências, a saber: 1- o *epistemológico*, concernente à relação homem-meio e seus desdobramentos; 2- o *histórico*, atinente à transformação humana da natureza através da técnica e da cultura; e 3- o *político*, incidindo nas disputas espaciais promovidas, notadamente, por Estados Nacionais e Impérios (RIBEIRO, 2011, p. 10).

2.3- Fronteiras e Limites

Para se adentrar ao estudo de regiões, faz-se fundamental o desenvolvimento de um esboço conceitual sobre o estudo de fronteiras e limites. Por isso, pretende-se nesse tópico promover uma análise conceitual comparativa desses termos, destacando traços de semelhanças e/ou discrepâncias, mostrando principalmente a relação que tais conceitos têm com o Estado-Nação no que tange ao poder e à soberania.

Assim, nos estudos de Raffestin (1993) e Hissa (2006) tem-se uma semelhança dos conceitos de fronteira e limite. Para esses autores, a fronteira é o lugar que separa e ao mesmo tempo coloca em contato, sendo uma área de trocas. Vejamos: segundo Raffestin (1993, p.164) o limite, a fronteira *a fortiori*, seria assim a expressão de uma interface biossocial, que não escapa à historicidade e que pode, por consequência, ser modificada, ou até mesmo ultrapassada; já a fronteira se insere numa categoria particular, pois os Estados-Nação formaram-na como um sinal, no sentido pleno e próprio do termo, e como tal, ela é manipulada como um instrumento para comunicar uma ideologia.



Por sua vez, Hissa (2006) vai dizer que o limite parece consistir em uma linha abstrata, fina o suficiente para ser incorporada pela fronteira. Já a fronteira parece ser feita de um espaço abstrato, areal, por onde passa o limite, e acrescenta:

a fronteira coloca-se à frente [*front*], como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar; o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. Então, o limite visto do território, está voltado para dentro, enquanto a fronteira, imaginada do mesmo lugar, esta voltada para fora como se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem (HISSA, 2006, p. 34).

De modo que, o que foi concebido para ‘por fim’, para delimitar territórios com precisão como se fosse uma linha divisória, espraia-se em uma zona de interface e de transição entre dois mundos tomados como distintos. Assim, o limite transforma-se em fronteira. (HISSA, 2006).

Portanto, no estudo de fronteira, se considerarmos as suas três primeiras funções: legal, de controle e fiscal; podemos construir um sistema hierárquico de fronteiras que dará conta das relações de poder que se instauram ou que podem se instaurar entre os atores políticos por intermédio das fronteiras. Dito de outro modo, teremos três funções principais, que estruturam o campo na área do Direito Internacional, do poder político e de controle do Estado por órgãos competentes, para a manutenção das fronteiras e conseqüentemente, a guarda do território. Por isso, fomenta Raffestin (1993), citado por Hissa (2006) que uma reflexão sobre limites e fronteiras seria, também, uma reflexão sobre poder. Ou seja, fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios.

Já para Duroselle (2000) uma fronteira política é a separação entre duas soberanias; ele leva em consideração o aspecto político do termo, dando ênfase à territorialidade e a separação da mesma. Segundo esse autor, as fronteiras, sendo fenômenos que o homem impõe à natureza, não ficam nunca ‘inertes’, mesmo quando os homens não as modificam. Isto é, há sempre uma movimentação, como se a fronteira fosse “viva”, em constante transformação. Esta “vida” das fronteiras tem dois aspectos: um é o de vida *passiva*, quando desempenha o papel que lhe é dado quando é criada, e o





outro é o da vida *ativa*, quando elas aumentam as diferenças entre os territórios por elas separados.

A partir do momento em que uma fronteira existe, as duas soberanias que ela separa, os dois conjuntos sociais que ela divide, começam a se orientar em direções divergentes. Retornemos, então, a Jean Gottmann (1952):

o que faz a união de indivíduos ou comunidades que formam uma nação é a *vida em comum* em um determinado espaço, onde as pessoas do exterior são estrangeiros. A vida em comum cria interesses, hábitos e crenças comuns. Usam-se quase os mesmos produtos, pois os limites são os que organizam, mantêm e delimitam a economia nacional. Acredita-se nas mesmas glórias nacionais, têm-se os mesmos preconceitos, sobretudo em relação às pessoas de outros países... Em todo esse patrimônio comum, a grande maioria parece derivar desses tratados culturais ou espirituais. (GOTTMANN, 1952, p. 47).

Existem *tipos de vida*. O eminente geógrafo Vidal De La Blache entendia essa noção como "uma combinação harmoniosa de tipos de vida". E Gottmann assim comentou: São... ligações tenazes aos símbolos, algumas vezes bem abstratos, cujo conjunto forma o que chamamos de 'iconografia'. Notaremos que, com a história, tais iconografias se deslocam, que elas evoluem lentamente. Mas o século XX provou que elas são um potente motor da história, a solidariedade de classe – “proletariado de todos os países, uni-vos!” – nunca tendo um papel comparável. Em numerosos casos, a comunidade da iconografia chega ao seguinte fato: O estudo das minorias nacionais demonstrou que, em muitos países, a diferenciação desses grupos em relação à maioria era, muitas vezes, mais de ordem cultural do que racional (GOTTMANN, 1952, p. 47).

É importante observar que Vidal De La Blache, não renega totalmente a geografia determinista. Segundo Claval (2011), [Vidal De La Blache] compreende o interesse da *démarche* ratzeliana e concebe, à sua imagem, a geografia humana como uma ecologia das sociedades humanas, mas não esquece nunca os temas centrais do pensamento de Ritter, como testemunha o artigo pelo qual faz conhecer, pela primeira vez, as suas



concepções da geografia 'O princípio da geografia geral'.

Para interpretar as relações de grupos humanos e o seu ambiente, Vidal De La Blache insiste nos gêneros de vida. Graças a eles, as civilizações pastorais ou agrárias dispõem de métodos eficazes para produzir o que lhes é necessário: 'Estudaram os seus gêneros de vida: a atenção voltou-se para os meios de alimento, o vestuário, a habitação, os instrumentos, as armas, em resumo, para o conjunto dos objetos no qual se exprimem os hábitos, as disposições e as preferências dos diversos grupos [...]'(VIDAL DE LA BLACHE, *apud* CLAVAL, 2011).

Para Vidal De La Blache, as relações entre gêneros de vida e meios não são, no entanto, mecânicas. É por isso, e após Lucien Febvre, que se qualifica de possibilista a interpretação vidaliana geográfica dos fatos sociais: a natureza propõe, mas são os homens que dispõem (FEBVRE, 1922 *apud* CLAVAL, 2011).

Então, para Claval (2011) as interpretações vidalianas escapam ao determinismo, é, sobretudo, devido ao lugar que atribuem aos deslocamentos, à circulação e ao jogo de complementaridades que permitem. Os homens sabem que é mais fácil tirar partido de recursos externos do que inventar novos sistemas de valoração. É a análise das situações e das relações que elas permitem que está no centro das estratégias de adaptação.

2.4- A Geopolítica dos transportes

Para Myiamoto (1995) quem tem os meios de comunicação de um país em seu poder domina o país (MAULL, 1960 *apud* MYIAMOTO, 1995, p. 146). Os países que não possuem um sistema viário adequado encontram-se tolhidos. Não conseguem, mesmo que produzam, fazer escoar suas riquezas, não só minerais, mas também a sua própria produção agrícola. Outras funções podem ser igualmente atribuídas, como para unir os diferentes pontos regionais, viabilizar a integração nacional e ocupar os espaços vazios.

As estradas, juntamente com o Estado e as fronteiras, são, segundo Vallaux e Brunhes, problemas fundamentais da geografia política. Os meios de comunicação constituem, para esses autores, o sistema nervoso do Estado, daí sua importância. No caso brasileiro essa importância pode ser detectada pelo fato de constituírem sempre iniciativas governamentais, principalmente aquelas situadas em regiões fronteiriças,



sendo consideradas pela Constituição brasileira zonas de Segurança Nacional (MYIAMOTO, 1995).

Vidal De La Blache mostra-nos vários exemplos históricos sobre a importância estratégica dos meios de comunicação, tanto para preservar, como para defender o território. Essas ideias impuseram-se, por exemplo, na Europa do século passado: a Rússia uniu suas capitais, ligou Petersburgo a Moscou entre 1843 e 1851 e fortaleceu o sistema viário nos locais considerados mais vulneráveis, após a Guerra da Criméia; a França, logo depois do conflito com a Prússia, em 1870, reconstituiu o sistema circulatório para adaptá-lo às novas fronteiras (MYIAMOTO, 1995; RIBEIRO, 2011).

Para a eminente geógrafa Bertha Becker (2005), a geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. E essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre Estados.

Hoje, o quadro modificou, pois há pressões de todo o tipo para influir na decisão dos Estados sobre os seus territórios. Essa mudança, segundo Bertha Becker (2005), esta ligada à revolução científico-tecnológica e as possibilidades criadas de ampliar a comunicação e a circulação no planeta através de fluxos e redes que aceleram o tempo e ampliam as escalas de comunicação e relações, configurando espaços temporais diferenciados. Neste trabalho, levaremos em consideração, principalmente, a perspectiva de Bertha Becker.

A Amazônia é um exemplo vivo dessa nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Então, para Bertha Becker (2005), o imperativo é modificar o padrão de desenvolvimento que alcançou o auge nas décadas de 1960 e 1980. E para que se possa mudar esse padrão de desenvolvimento é necessário entender os diferentes projetos geopolíticos e seus atores, que estão na base dos conflitos, para tentar encontrar modos de compatibilizar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais e a inclusão social. Ou seja, não se trata aqui de mero ambientalismo e muito menos de mais um momento destrutivo. Portanto, para Berta Becker, existem três aspectos para compatibilizar este quadro teórico, dos quais, vamos tomar conhecimento, a saber:



2.4.1 *Amazônia em âmbito global*

Neste aspecto, segundo Becker (2005) seria uma constituição da Amazônia como fronteira do capital natural em nível global, em que se identificam dois projetos: o primeiro é um projeto internacional para a Amazônia e o segundo é o da integração da Amazônia, sul americana, continental.

Para tanto, faz-se fundamental que o Brasil “olhe” para a Amazônia, que estreite os laços com todos os países vizinhos que compartilham uma porcentagem desse bioma. Afinal, segundo Meirelles Filho (2006) fomenta-se que o Brasil sempre esteve de costas para a Amazônia; e que somente há poucas décadas, começaram a existir algumas ações efetivas para a Amazônia, mas com muitas deficiências.

Agora, nessa perspectiva, a cooperação internacional é de fundamental importância. Ela faz desenvolver a Ciência e a Tecnologia dos países que a recebem. O controle da informação, nesta pauta, ainda é um problema nesta pauta o controle da informação, porque muitas vezes, os pesquisadores brasileiros, em parcerias, conhecem o subproduto ligado à sua parceria, mas não o projeto como um todo (BECKER, 2005).

2.4.2 *O novo lugar da Amazônia no Brasil*

Neste outro aspecto, a integração da Amazônia transnacional e da Amazônia sul-americana trata-se de uma nova escala para pensar e agir na América. Para Becker (2005) isso levaria a três aspectos positivos: (i) o fortalecimento do MERCOSUL; (ii) o fortalecimento da voz da América do Sul no cenário internacional; (iii) o estabelecimento de projetos conjuntos quanto ao aproveitamento da biodiversidade e da água, inclusive nas áreas que já possuem equipamento territorial e de intercâmbio, como é o caso das cidades gêmeas localizadas em pontos das fronteiras políticas.

2.4.3 *Nova política de desenvolvimento para a Amazônia*



Já neste aspecto, segundo Becker (2005), a Amazônia hoje não é mais uma mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim uma região no sistema espacial nacional, com estrutura produtiva propícia e múltiplos projetos de diferentes atores. São várias potências que podem trazer integração à região, um exemplo são as ações da IIRSA (Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana), que realiza projetos de infraestrutura em conjunto com os Estados da região.

Nessa perspectiva atores fundamentais são os governos estaduais, que com a crise do Estado central, assumiram responsabilidades e força política. Tal conjuntura, dá mais autonomia aos Estados subnacionais, desenvolvendo várias ações em conjunto com outros estados, principalmente na área de cooperação internacional.

Temos que considerar vários aspectos, não apenas os econômicos em se tratando da ocupação do espaço amazônico. Sobre a devastação da Amazônia, Ab' Saber (2005) afirma que os rasgões na região amazônica, sejam por meio das rodovias, gasodutos ou eixos-viários que não tenham sido considerados em todos os aspectos podem multiplicar a devastação.

3- A Rodovia Interoceânica

A Bacia Amazônica não tem limites comuns com a Bacia do Pacífico; mas sim com a do Atlântico. Portanto, a dinâmica global da economia capitalista atual tornará obrigatório o estabelecimento de novos limites, ou seja, a realização de vinculação direta entre essas bacias (ZEVALLOS, 1993). De acordo com o autor, a Amazônia não ficará à margem do Pacífico. Os vínculos, cedo ou tarde, serão estabelecidos através da sua saída natural, localizada no Peru; nós a chamamos natural porque é a distância mais curta e menos problemática entre a parte principal da massa territorial amazônica, localizada no Brasil, e o Pacífico.

A Rodovia Interoceânica, projeto que faz parte do Eixo Peru-Brasil-Bolívia, significa uma estrada que interliga o território brasileiro através da região de Rondônia e Acre (BR 364) com os portos de Ilo, Matarani e San Juan no Peru, permitindo uma saída com menor distância para o Pacífico. A Interoceânica, na sua construção, enfrentou barreiras geográficas, naturais, uma vez que perpassa territórios de baixa densidade populacional e de variável relevo. A rodovia corta o planalto andino, a Cordilheira dos



Andes e selva amazônica (VASCONCELLOS, 2011).

O projeto de construção da Rodovia Interoceânica foi idealizado desde os anos 1990 quando a saída para o Pacífico vislumbrava-se como um acesso principalmente, ao mercado do Japão, diferente do contexto atual que visa, em especial, ao mercado chinês (ZEVALLOS, 1993 *apud* VASCONCELLOS, 2011). Tais projetos tentam conciliar não apenas os interesses de Brasil e Peru, mas também os da Bolívia, país mediterrâneo que poderia finalmente ter acesso livre à costa do Pacífico (ZEVALLOS, 1993).

A função estratégica da Rodovia é realizar um desenvolvimento socioeconômico das regiões do sul do Peru e dos Estados do Acre e de Rondônia no Brasil, além de promover um acesso mais fácil ao mercado internacional (IIRSA, 2009). A melhoria da infraestrutura apresenta benefícios para a sociedade e melhorias nas condições de vida da população, fala do então presidente da FIERO (Federação das Indústrias do Estado de Rondônia), Miguel de Souza, em viagem na caravana da Integração Brasil-Peru-Bolívia em 1992, quando expressa a sua opinião sobre a perspectiva de desenvolvimento da região com relação ao custo do empreendimento da Estrada do Pacífico (VASCONCELLOS, 2011).

Para Zevallos (1993), tal projeto deverá contribuir ao desenvolvimento auto-sustentável, especialmente das áreas cruzadas pela estrada. Terá de contar com o apoio da sociedade civil e cooperar com a dinamização de um verdadeiro e *independente* processo de integração na América do Sul. Se a estrada contribuir para a integração sul-americana, estará contribuindo para o melhor relacionamento entre os países deste subcontinente e para a manutenção do clima de paz que tornará possíveis empresas cada vez maiores. Manter esse clima somente será possível com base em relações igualitárias e não hegemônicas.

Segundo este autor, a Rodovia Interoceânica através do Peru seria a mais real possibilidade de união, até pelo fato deste país já ter dado à Bolívia acesso direto ao Pacífico no início de 1992. Portanto, a Rodovia que uniria a maior parte da Amazônia (a brasileira) com o Pacífico poderia também, desde que tomados os devidos cuidados, servir naturalmente ao processo de integração sul-americano.

4- Metodologia



Neste texto, a metodologia será seguida ressaltando as peculiaridades da pesquisa. O tipo da pesquisa será de natureza descritiva analítica e seu delineamento terá como característica o levantamento de dados, estudo de caso e pesquisa bibliográfica; a coleta de dados envolverá a descrição das técnicas a serem utilizadas para coleta de dados; e a análise dos dados envolverá a descrição dos procedimentos a serem adotados para a análise quantitativa e qualitativa.

O tipo da pesquisa é de natureza descritiva analítica, ou seja, será descrito o processo de implementação da Rodovia Interoceânica. Serão levadas em consideração as implicações políticas, econômicas e socioambientais de tal empreendimento, dando ênfase ao setor socioambiental, ressaltando os aspectos de crescimento, desenvolvimento e acirramento das desigualdades na cidade de Porto-Velho.

Então, ocorrerá o levantamento de dados políticos, econômicos e socioambientais da região em estudo, buscando os dados em Acervos, Bibliotecas, Instituições e demais organismos que disponibilizem informações necessárias sobre o objeto de estudo. Esses procedimentos serão desenvolvidos tendo em vista o estudo de caso e a pesquisa bibliográfica especializada do tema proposto.

Com relação à análise dos dados, será levada em consideração a análise quantitativa, onde serão colocadas em teste as hipóteses e verificado se podem ser corroboradas ou não, e também os testes de correlação, onde se verificará se existe uma intrínseca correlação da Geopolítica e o processo de implementação da Rodovia Interoceânica em Porto-Velho. No entanto, o foco se dará na análise qualitativa, onde serão analisadas as implicações socioambientais do objeto de estudo.

Na análise qualitativa, o foco será na compreensão do fenômeno estudado e seus significados e implicações. O objeto de estudo será a implementação da Rodovia Interoceânica em Porto-Velho, objetivando a compreensão e interpretação dos fenômenos políticos, econômicos e socioambientais e seus desdobramentos para a sociedade. A apresentação dos resultados se dará por textos redigidos, com observações do campo e citações literais. E os critérios de validade serão atribuídos pelo rigor da coleta dos dados. A discussão dos resultados e considerações finais se dará pela interpretação simultânea à apresentação de resultados, revisão de hipóteses, conceitos e os pressupostos estabelecidos.



5- Considerações Finais

Na perspectiva de Bertha Becker (2007), em fins do século XX, tornaram-se mais acentuados as feições da globalização, com a interconexão não só da economia e das finanças nacional e internacional, a redefinição do papel do Estado, a revalorização na natureza, os financiamentos descentralizados, a velocidade acelerada de transformação das atividades e dos territórios por efeito das redes técnicas.

Para Rodrigues (2008) Bertha Becker, em suas análises, lembra que a geopolítica sempre foi marcada pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional – desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. E que esta geopolítica atua, hoje, sobretudo, por meio do poder de influir a tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território. Portanto, a geopolítica contemporânea e o meio ambiente se entrecruzam, então, não somente nas tensões em relação ao território em si, mas também no tocante às (im)possibilidades de seu uso. O território entendido a partir de uma dimensão de fonte e de estoque de recursos naturais – o que no capitalismo é indispensável para garantir o lucro a partir da realização contínua dos ciclos de produção, distribuição, circulação e consumo – traduz-se na possibilidade de acesso ou de restrição, prevalecendo, muitas vezes, a ideia de natureza como “capital de realização atual ou futura”, segundo expressão usada por Bertha Becker.

Na obra *Geopolítica da Amazônia*, Bertha Becker aponta que o Estado é o maior indutor das políticas territoriais, incentiva empresas com projetos e produz mobilidade da força de trabalho na ocupação do território (BECKER, 1982). A mobilidade produz conflitos que estabelece uma contradição fundamental para a autora: “como atrair a força de trabalho necessária e mantê-la na região, sem lhe dar o domínio efetivo e duradouro da terra?” (BECKER, 1982, p. 213).

A estratégia global do Estado no Brasil tem sido a de assegurar o monopólio da propriedade da terra representada pelo latifúndio voltado para a exportação de recursos (BECKER, 1982, p. 217). No nível regional expõe a estratégia de apropriação da Amazônia Oriental [Rodovia Interoceânica], e a estruturação do espaço. O conceito de posição estratégica articulada a fronteira de recursos com a bacia de mão-de-obra nordestina. Aborda a conexão entre Centro-Sul com Belém que, para a autora, é a primeira porção do espaço a ser integrado.



Por fim, chega ao nível local, que caracteriza como espaço vivido, aonde vai se desenvolver o confronto entre dominadores e dominados na disputa pela terra. Identifica como agentes dominadores da construção do espaço, o Estado e a empresa que determinam formas de operação na escala local. Os dominados são identificados como pequenos produtores e assalariados. É nesse nível que se dá o conflito entre as diversas formas de produzir, a disputa pelo domínio do espaço entre os vários agentes. Conclui com a ideia de que o estudo geopolítico da fronteira deve ser feito com a articulação de diferentes níveis de análise, pois se trata de uma fronteira de recursos mundial, espaço de expansão territorial do modo de produção capitalista.

6- Referências

AB' SABER, Aziz. **Problemas da Amazônia Brasileira**. Entrevista a Dario Luiz Borelli *Et Al*. Revista Estudos Avançados 19 (53), 2005.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados 19 (53). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf> Acesso em: 17 set. 2011.

_____. **Amazônia Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CAPEL, Horácio. **Filosofía y Ciencia em la Geografía Contemporánea: una introducción a la Geografía**. Barcanova, 1981.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia d Geografia**. Editora UFSC. Florianópolis, 2011.

DIAMOND, Jared. **A evolução das armas de fogo e dos germes**. [sem data].

DUROSSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império Perecerá**. Capítulo 2. As Fronteiras. Editora UnB. São Paulo. 2000.p. 61-80.

GOTTMANN, Jean. **La politique des États et leur géographíc**, Paris, Colin, 1952.



HARTSHORNE, R. **Propósitos e Natureza da Geografia**, tradução T. N. Neto. São Paulo: HUCITEC, 1978.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**. Inserções da geografia na crise da modernidade. Parte I Fronteiras. Fronteiras e Limites: A distância e o contato. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2006.p. 34-45.

IIRSA, 2009. Iniciativa para a Integração Regional Sul Americana. Disponível em: <http://www.iirsa.org> Acesso em: 10 mai. 2012.

MAGNOLI, Demétrio. **Geopolítica**. São Paulo: Primeiros Passos. 1981.

MEIRELLES FILHO, João. **O livro de ouro da Amazônia**. São Paulo: Editora Ediouro. 2006.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papirus. 1995.

QUAINI, M. **A Construção da Geografia Humana**, trad. Liliana Laganá, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia de poder**. Terceira Parte: O território e o poder. Capítulo II – As Quadrículas do Poder. Editora Ática. São Paulo. 1993.p. 164-185.

RIBEIRO, Guilherme. **Paul Vidal De La Blache e a formação do campo História do pensamento geográfico**. Geo. UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011 p. 232-249.

RODRIGUES, Rafael. **O papel do meio ambiente na geopolítica mundial**. Ano 7, Número 14, Julho, 2008. Disponível em: <https://www.ufmg.br/diversa/14/> Acesso em: 22 de jun. de 2012.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. Terceira Edição. Hucitec, Sao Paulo, 1978.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. EDUSP. São Paulo, 2006.



SODRÉ, Nelson Werneck. A Geopolítica. (In) **Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia**. Petrópolis. Vozes, 1984.

VASCONCELOS, Patrícia Mara Cabral de. A IIRSA e a Segurança Regional: Os reversos da Integração da Amazônia no Eixo Peru-Brasil-Bolívia. (In) **Integração Sul-Americana: Desafios e Perspectivas**. Porto-Velho: Editora da Universidade Federal de Rondônia, 2011.

ZEVALLOS, Enrique Amayo. **Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes**. Revista de Estudos Avançados. Vol. 7, Número 17. São Paulo: Jan./Apr. 1993.

